



Revista Organizações & Sociedade
2021, 28(96), 9-34

© Autores 2021

DOI 10.1590/1984-92302021v28n9601PT

ISSN 1984-9230

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editor Associado:

Airton C. Cançado

Recebido: 03/07/2018

Aceito: 20/04/2020

Arranjos Produtivos Locais (APL) e Fatores Formadores das Dimensões do Desenvolvimento Local

Roseane Grossi Silva^a

Dante Pinheiro Martinelli^a

^a Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil

Resumo

A partir dos anos 1980, passou a ser observado maior desenvolvimento nos locais onde se instalavam aglomerados industriais. Foco nos fatores formadores das dimensões do desenvolvimento local pode revelar ações que auxiliam na definição de estratégias de melhoria para as regiões. Estudou-se, a partir das relações/interações entre os atores participantes de Arranjos Produtivos Locais (APL), como fatores interferem no desenvolvimento local, considerando as dimensões ambiental, cultural, econômica, espacial, institucional, política e social. Optou-se por estudo qualitativo, análise multicase e de conteúdo. Foram identificados, nos arranjos, aspectos de abrangência de cada dimensão e revelou-se um universo de fatores que interferem no desenvolvimento local. O fator cooperação, coletividade e a dimensão institucional se apresentaram como principais “catalizadores” e potenciais disseminadores de ações promotoras do desenvolvimento.

Palavras-chave: arranjos produtivos locais; desenvolvimento local; análise multidisciplinar.

Introdução

Entre 1900 e 1950 (Era Industrial Clássica), as empresas estavam integralmente verticalizadas, com sistema de produção em massa e estruturas “inchadas”. Já entre 1960 e 1990 (Era Industrial Neoclássica ou Pós-Fordista), ocorreu novo paradigma técnico-econômico, baseado

em formas de organização amparadas pela cooperação e aprendizagem interativa (Lastres & Cassioalto, 2003), processos de desintegração vertical/desverticalização e sistemas de produção “enxutos” (Fochezatto, 2010; Olivares & Dalcol, 2010). A partir de 1970, ocorreram mudanças na organização industrial das empresas que formavam polos industriais havendo fortalecimento das relações e maior envolvimento entre os agentes (Marini & Silva, 2012; Olivares & Dalcol, 2010; 2014; Ribeiro, Martinelli, & Joyal, 2013).

De acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), entre 1980 e 1990, emergiu a necessidade de entender a concentração de empresas em dada localidade e atividade produtiva. Segundo Costa (2010), o conceito brasileiro de Arranjo Produtivo Local (APL) foi criado pelo antigo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por volta de 1990, tendo como referência duas experiências pioneiras de desenvolvimento: os distritos industriais italianos e o Vale do Silício, na Califórnia.

As APL se constituem em uma das possibilidades para o desenvolvimento regional (Marini & Silva, 2012). Vários estudos propuseram associação entre desenvolvimento para os locais e a presença de aglomerados (Isbasoiu, 2007; Lastres & Ferraz, 1999; Oliveira & Martinelli, 2014a, Sforzi & Boix, 2015). O olhar para fatores e dimensões do desenvolvimento local pode revelar estruturas ainda não observadas e auxiliar nas estratégias de melhoria e desenvolvimento para o aglomerado e a região.

Marini e Silva (2012) desenharam uma matriz de sete dimensões (ambiental, cultural, econômica, espacial, institucional, política e social) que interagem e se inter-relacionam no espaço do APL, ainda não contempladas, conjuntamente, nos estudos da área.

No contexto de desenvolvimento local e APL, as dimensões se referem aos aspectos interdisciplinares do território de produção (e reprodução) das relações sociais e das práticas, sendo formadas por fatores que representam as experiências e as ações dos indivíduos que participam da região de um aglomerado.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral estudar, a partir das relações/interações entre os atores participantes de APL, como fatores interferem no desenvolvimento local, considerando as dimensões ambiental, cultural, econômica, espacial, institucional, política e social. Os objetivos específicos foram: (a) identificar as dimensões e os fatores presentes nos APL, considerando a possível interferência no desenvolvimento local; e (b) alocar os fatores conforme as dimensões do desenvolvimento local.

A identificação fator-dimensão foi um esforço inicial, coerente do ponto vista do entendimento do desenvolvimento local, fundamental para revelar as interferências diretas, no sentido de serem imediatas, para mostrar tanto as dimensões geradoras dos fatores quanto as primeiras ações que podem influenciar essas dimensões.

O artigo está estruturado em introdução e, na sequência, a revisão de literatura. Na terceira parte, aspectos metodológicos seguido pelo tópico das discussões, análises e resultados; encerrando com as considerações finais e referências.

Referencial teórico

Revisão sistemática: aglomerados industriais e desenvolvimento local

Inicialmente, realizou-se uma busca nas bases de dados Scopus (Editora Campus/Elsevier) e Web of Science (Thomson Reuters Scientific) para localizar trabalhos publicados entre 2010 e 2015, e conhecer o atual cenário de publicações na área que discutissem uma ou mais das sete dimensões do desenvolvimento local em aglomerados. Web of Science é a mais antiga base de ciências sociais (Benítez Hurtado, Carpes, Inomata, & Rados, 2012), podendo ser considerada a mais importante fonte de dados para análise bibliométrica (Leeuwen, 2006) e conta com quatro coleções da área: Science Citation Index Expanded (SCI-Expanded); Social Sciences Citation Index (SSCI); Arts & Humanities Citation Index (A&HCI); e Conference Proceedings Citation Index – Social Science & Humanities (CPCI-SSH) (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, n. d.). A base Scopus indexa títulos acadêmicos revisados por pares e é a maior base de referências bibliográficas de literatura científica no mundo (Elsevier, c2021).

Utilizou-se busca em trabalho completo e sem restrição de língua estrangeira¹. Após a leitura dos resumos (quando suficiente) e leitura completa (em caso de dúvida), foram encontrados 9 trabalhos: dimensão espacial (4 “clusters” and “spatial dimension”; 1 “industrial districts” and “spatial dimension”); dimensão social (2 “clusters” and “social dimension” e 1 “arranjo produtivo local” e “dimensão social”); dimensão ambiental (1 “arranjo produtivo local” e “dimensão ambiental”); dimensões cultural, política, econômica e institucional (nenhum).

No total, foram selecionados cinco trabalhos (dois na base Scopus e sete na base Web of Science; havendo repetição de trabalho entre as bases) que contemplaram dimensões do desenvolvimento local: Alvarenga, Matos, Machado, Sobreira e Matos (2013); Belso-Martinez (2010); Carrol e Zeller (2012); Doloreux, Shearmur e Guillaume (2015) e Herrerias e Ordoñez (2012). No entanto, não consideraram a integração do arcabouço dimensional (complexo, multi e interdisciplinar) de construção do território, das relações entre os agentes e das inter-relações destes com o espaço e com as dimensões.

Arranjos produtivos locais: surgimento, construção do conceito e fatores formadores

A concentração espacial das atividades econômicas ocorre como resultado de duas forças opostas: **aglomeração** (origem na tríade das economias externas marshallianas – mão de obra especializada/qualificada; presença de *spillovers* de conhecimento; fornecimento de serviços e matéria-prima especializada) (Costa, 2010; Fochezatto, 2010; Marshall, 1996); e **dispersão** (imobilidade da mão de obra, alto custo de transporte e efeitos externos do ambiente) (Bekele & Jackson, 2006; Krugman & Venables, 1996). Na visão dos Distritos Industriais de Becattini, as organizações são agentes da produção, o conhecimento é o motor da produção e os *homines novi* são os agentes do empreendedorismo. Juntos, formam mistura de sentimentos de pertencimento que une indivíduos pelo interesse comum e pela natureza sócio-histórico-cultural (Fochezatto, 2010; Sforzi & Boix, 2015).

APL é um conjunto de empresas próximas, de setores similares ou relacionados, que geram externalidades resultantes de fatores históricos, econômicos e sociais (Casanueva, Castro, & Gálan,

2013), havendo mecanismos de transferência de conhecimento (Casanueva et al., 2013; Delgado, Porter, & Stern, 2014). Apesar de diferentes conceitos na literatura, as principais características são comuns (Marini & Silva, 2012).

Neste trabalho, optou-se pelo termo APL, conceituado por Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008) como agentes econômicos, políticos e sociais, reunidos em um espaço territorial, apresentando vínculos (ainda que iniciais) entre os agentes ligados à atividade-foco: organizações públicas e privadas; organizações produtoras/fornecedoras de bens e/ou serviços; organizações que atuam na qualificação dos recursos humanos; instituições associadas à pesquisa, engenharia e ao desenvolvimento; e aquelas voltadas para política, financiamento e ações de fomento. De acordo com Porter (2000), internacionalmente tem sido utilizado o termo *cluster*.

Para haver externalidades e desenvolvimento, há necessidade de estabelecer inter-relações (Carrol & Zeller, 2012; Marini & Silva, 2012), confiança e formação de vínculos territoriais (Lastres & Cassiolato, 2003). A sinergia ocorre desde que a cooperação e a consciência coletiva sejam a base da geração de resultados (Alvarenga et al., 2013).

O espaço é transformado pela intervenção humana ao mesmo tempo que transforma os indivíduos que dele compartilham (Corrêa, 2000). O território é espaço socialmente construído, resultado das representações sociais, como manifestações e hábitos (Albuquerque, 1998; Boisier, 2001; Brandão, 2007; Joyal & Bessa, 2012; Lemos, Santos, & Crocco, 2005; Marini & Silva, 2012), e também é perpassado por conflitos (Brandão, 2007).

Para Di Giacinto, Gomellini, Micucci, e Pagnini (2013), a aglomeração produtiva é fomentada pela comunidade local, dada a coexistência e partilha entre valores culturais e éticos. Marini e Silva (2012) ressaltam que a cooperação depende de relações sociais e institucionais, mostrando-se o capital social do local como importante componente, que, segundo Lastres e Cassiolato (2003), foi adotado a partir das ideias de Bourdieu (1986, 1998), Coleman (1988) e Putnam (2006), reconhecido pela importância das relações sociais para compreensão e intervenção na atividade econômica.

Os laços de amizade e confiança cooperativa facilitam os fluxos de informações e a governança desempenha importante papel estimulante, sendo fundamental gestora das práticas democráticas (Casanueva et al., 2013; Cassiolato & Szapiro, 2003). A ampla gama de instituições de apoio, públicas e privadas, podem melhor explorar e transferir informações, conhecimentos e oportunidades, continuamente refinados pelas reações internas, proximidade e intensidade das trocas (Molina-Morales & Martinez-Cháter, 2016). De acordo com Carrol e Zeller (2012), Herrerias e Ordoñez (2012), Lastres e Cassiolato (2003) e Marini, Silva, Nascimento e Strauhs (2012), é necessário incluir o Estado para apoiar a governança local.

Os trabalhos acerca de APL apresentam aspectos, características ou variáveis que compõem a estrutura dos aglomerados, importantes em estimular e reforçar práticas, formando fatores que podem estar associados ao desenvolvimento dos locais (Tabela 1).

Tabela 1
Fatores presentes em aglomerados empresariais, mencionados em literatura

Fator	Autores
Agente Promotor	Joyal e Bessa (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008).
Apoio do Governo	Carrol e Zeller (2012); Herrerias e Ordoñez (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Ribeiro et al. (2013).
Articulação	Alvarenga et al. (2013); Belso-Martinez (2010); Carrol e Zeller (2012); Cassiolato e Szapiro (2003); Dias (2011); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck, Wittmann e Silva (2012); de Marchi, Lee e Gereffi (2014); Marini e Silva (2012); Mattos (2008); Olivares e Dalcol (2010); Santos, Diniz e Barbosa (2004); Vecchia (2008).
Capital Social, Coesão Social	Alvarenga et al. (2013); Carrol e Zeller (2012); Cunha, Passador e Passador (2012); Di Giacinto et al. (2013); Marini e Silva (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Oliveira (2013).
Competição	Martinelli e Joyal (2004); Porter (2000).
Competitividade	Dias (2011); Lastres e Cassiolato (2003); Porter (2000); Santos et al. (2004).
Composição de PMEs	Alvarenga et al. (2013); Marini e Silva (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mitchell, Boyle, Burgess e McNeil (2014); Vecchia (2006).
Confiança	Belso-Martinez (2010); Casanueva et al. (2013); Cunha et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); De Marchi et al. (2014); Martinelli e Joyal (2004); Marini e Silva (2012).
Cooperação, Coletividade	Alvarenga et al. (2013); Belso-Martinez (2010); Carrol e Zeller (2012); Casanueva et al. (2013); Cassiolato e Szapiro (2003); Cunha et al. (2012); Dias (2011); Doloreux et al. (2015); Joyal e Bessa (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck et al. (2012); Marini e Silva (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Olivares e Dalcol (2010); Oliveira (2013); Oliveira e Martinelli (2014b); Santos et al. (2004); Vecchia (2006).
Cultura regional	Alvarenga et al. (2013); Albuquerque (1998); Belso-Martinez (2010); Boisier (2001); Cunha et al. (2012); Di Giacinto et al. (2013); Ganzert (2010); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Marchi et al. (2014); Marini e Silva (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Sforzi e Boix (2015).
Delimitação Geográfica e Espacial	Alvarenga et al. (2013); Carrol e Zeller (2012); Doloreux et al. (2015); Lastres e Cassiolato (2003); Marini e Silva (2012); Olivares e Dalcol (2010); Vecchia (2006).
Democracia	Dias (2011); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Santos et al. (2004).
Diversidade de Organizações	Lastres e Cassiolato (2003); Marini e Silva (2012); Mattos (2008); Molina-Morales e Martinez-Cháter (2016).
Equilíbrio Hierárquico Entre Agentes/Atores	Dias (2011); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Santos et al. (2004).
Estreitamento de Laços Financeiros	Belso-Martinez (2010); Casanueva et al. (2013); Corrêa (2000); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Marini e Silva (2012); Marchi et al. (2014); Molina-Morales e Martinez-Cháter (2016).
Estreitamento de Laços Sociais	Belso-Martinez (2010); Casanueva et al. (2013); Corrêa (2000); Cunha et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Marchi et al. (2014); Marini e Silva (2012); Molina-Morales e Martinez-Cháter (2016).
Ganhos Mútuos	Alvarenga et al. (2013); Bekele e Jackson (2006); Carrol e Zeller (2012); Fochezatto (2010); Lastres e Cassiolato (2003); Mattos (2008); Olivares e Dalcol (2010); Molina-Morales e Martinez-Cháter (2016); Sforzi e Boix (2015).
Geração de Externalidades,	Alvarenga et al. (2013); Carrol e Zeller (2012); Casanueva et al. (2013); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck et al. (2012); Marini e Silva (2012); Porter (2000).

Sinergia	
Governança, Coordenação	Cassiolato e Szapiro (2003); Joyal e Bessa (2012); Cunha et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck et al. (2012); Marchi et al. (2014); Marini e Silva (2012); Mattos (2008); Oliveira (2013).
Inclusão da Comunidade Local	Alvarenga et al. (2013); Joyal e Bessa (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Martinelli e Joyal (2004); Ribeiro et al. (2013).
Inovação	Alvarenga et al. (2013); Bekele e Jackson (2006); Casanueva et al. (2013); Dias (2011); Doloreux et al. (2015); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Oliveira (2013); Olivares e Dalcol (2010); Santos et al. (2004); Vecchia (2006).
Melhoria nas Áreas da Administração	Lastres e Cassiolato (2003); Mitchell et al. (2014); Porter (2000).
Mercado Internacional	Dias (2011); Lastres e Cassiolato (2003); Mattos (2008); Santos et al. (2004).
Mútua Participação	Alvarenga et al. (2013); Carrol e Zeller (2012); Marchi et al. (2014); Marini e Silva (2012); Martinelli e Joyal (2004).
Negociação de Interesses	Brandão (2007); Joyal e Bessa (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Martinelli e Joyal (2004); Oliveira (2013); Oliveira e Martinelli (2014b).
Objetivos Comuns	Alvarenga et al. (2013); Carrol e Zeller (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Marini e Silva (2012); Sforzi e Boix (2015).
Processos Históricos (Formação e Desenvolvimento)	Bekele e Jackson (2006); Casanueva et al. (2013); Cunha et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Mattos (2008); Sforzi e Boix (2015).
Proximidade Geográfica e Espacial	Alvarenga et al. (2013); Bekele e Jackson (2006); Carrol e Zeller (2012); Doloreux et al. (2015); Lastres e Cassiolato (2003); Marchi et al. (2014); Marini e Silva (2012); Mitchell et al. (2014); Molina-Morales e Martinez-Cháter (2016); Olivares e Dalcol (2010); Vecchia (2006).
Setores Similares e/ou Relacionados	Alvarenga et al. (2013); Belso-Martinez (2010); Casanueva et al. (2013); Joyal e Bessa (2012); Lübeck et al. (2012); Marini e Silva (2012); Mattos (2008).
Sistema de Normas Formais	Carrol e Zeller (2012); Casanueva et al. (2013); Cunha et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Marini e Silva (2012).
Sistema de Normas Informais	Carrol e Zeller (2012); Casanueva et al. (2013); Cunha et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Marini e Silva (2012).
Transferência de Informações/Conhecimento, Aprendizado	Alvarenga et al. (2013); Bekele e Jackson (2006); Belso-Martinez (2010); Carrol e Zeller (2012); Casanueva et al. (2013); Costa (2010); Delgado et al. (2014); Doloreux et al. (2015); Fochezatto (2010); Joyal e Bessa (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lübeck et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Molina-Morales e Martinez-Cháter (2016); Porter (2000).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estratégias públicas/privadas de desenvolvimento em aglomerações produtivas podem fornecer alternativa para o desenvolvimento mais amplo, no sentido de contemplar dimensões além da financeira, a partir da presença dos fatores já presentes nos territórios dos arranjos, que também perpassam pelas dimensões ambiental, institucional, política, espacial, social e cultural.

Desenvolvimento local: desenvolvimento a partir da formação do território

Nas últimas décadas do século XX, transformações como globalização, avanços tecnológicos e reestruturação do sistema produtivo redirecionaram as discussões sobre o processo de desenvolvimento (Albuquerque, 1998; Alvarenga et al., 2013; Benko, 2002; Brandão, 2007;

Fochezatto, 2010; Marini & Silva, 2012; Martinelli & Joyal, 2004). Segundo Veiga e Zatz (2008), Marini e Silva (2012) e Cardoso (2014), desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a metade dos anos 1970, desenvolvimento não se distinguia de crescimento econômico, apresentado pela forma como o sistema econômico gerava progresso técnico e produtividade – o Produto Interno Bruto (PIB). Mas havia necessidade de “resgatar a grande diferença . . . entre PIB e riqueza. Principalmente porque o PIB não inclui a depreciação de ativos, como é o caso da degradação dos ecossistemas” (Veiga, 2007, p. 41). Estabeleceu-se a necessidade de incorporar aspectos e fatores, ainda ausentes (Cardoso, 2014).

A partir de então, várias discussões contemplaram o desenvolvimento sob a inclusão, necessária, de diversos aspectos: **instituições (formais e informais)**, que são centro da sociabilidade (Abramovay, 2001); **visão holística**, para encarar em conjunto diversas dimensões; **ser sustentável e durável** (ecodesenvolvimento/desenvolvimento sustentável, de Ignacy Sachs); **comprometimento sincrônico** (necessidades sociais mais urgentes), **comprometimento diacrônico** (possibilidades de reprodução para a próxima geração) (Montibeller, 1993); e **aprofundamento das práticas democráticas**, com participação coletiva, liberdade de escolhas e garantia dos direitos (Veiga & Zatz, 2008).

Para que se tenha desenvolvimento, é necessário que haja governança regional, pois, em esfera local, a confiança é mais presente e as ações mais coletivas, abrangentes e transparentes (Veiga, 2014). O território é resultado da construção integrada e da coesão produtiva e multidimensional, com ações geradas, mantidas e transformadas por um arcabouço institucional (Brandão, 2007).

Os APL são formas industriais que geram transformações concretas nos locais, assim, é um processo socioeconômico que deve ser entendido como forma de desenvolvimento local, em perspectiva territorial (Marini & Silva, 2012; Mattos, 2008; Sforzi & Boix, 2015).

Os estudos e teorias acerca do desenvolvimento regional evoluíram das abordagens microeconômicas de localização da indústria, que consideravam o espaço geográfico como simples local voltado à maximização na escolha para a melhor localização. A partir dos anos 1970, o território passa a ser entendido como resultado da produção social (Brandão, 2007). O território é condição para o desenvolvimento, pois dispõe de recursos específicos (materiais e imateriais) que são da região, não transferíveis e que constroem a história local (Iizuka, Gonçalves-Dias, & Aguerre, 2012).

Na década de 1980, surgem as teorias de crescimento endógeno, que enxergavam o progresso tecnológico como endógeno (Marini & Silva, 2012). O foco é o regional/local, considerando interconexão multidimensional entre os elementos. Há um novo paradigma, em que o desenvolvimento deve ser estruturado pelos próprios atores/agentes dos locais (Martinelli & Joyal, 2004). A Teoria de Desenvolvimento Regional propõe a abordagem de APL para ações e práticas de desenvolvimento em aglomerações (Vecchia, 2008).

Analisando os conceitos locais para o desenvolvimento, Marini e Silva (2012) mencionaram que são diferentes terminologias para o mesmo ponto de convergência a necessidade de valorizar diversas questões territoriais, e não apenas econômicas.

Optou-se, neste estudo, pelo termo “desenvolvimento local”, exprimindo o apresentado por Fragoso (2005) como ações que visam mudanças no longo prazo com intuito de promover a qualidade de vida dos indivíduos do território, a partir do interesse, da articulação e do

envolvimento de todos, dos diferentes níveis da sociedade (agentes internos e externos), constituindo processo coletivo e educativo de transformação, tendo na mudança a característica principal para o desenvolvimento, com vistas à (re)construção do futuro.

Nos estudos de desenvolvimento local, o entendimento de sustentabilidade deu origem à incorporação das dimensões social, econômica, ambiental, espacial e cultural (Boisier, 2001; Ribeiro et al., 2013). Além do envolvimento dessas cinco dimensões, para avaliar as interações presentes no espaço territorial, são necessárias as dimensões política e institucional (Marini et al., 2012), pois formam estrutura político-administrativa, um dos elementos principais da noção de território (Boisier, 2001; Marini et al., 2012).

Os locais são territórios onde há fatores formadores e transformadores das dimensões, por isso há possibilidade de intervenção para melhoria da qualidade de vida. A literatura mencionada tece importantes contribuições para compreender os impactos no desenvolvimento local, na medida em que apresenta elementos constituintes de fatores que permeiam os territórios. De acordo com Mattos (2008), transformar o ambiente para reprodução de práticas de alcance do desenvolvimento envolve um complexo (multi e inter) de variáveis, ou seja, diversidade e associações que devem ser traduzidas em práticas que considerem as diversas dimensões. A Tabela 2 sintetiza, de acordo com a revisão de literatura, os autores que mencionaram as dimensões do desenvolvimento local, e os principais aspectos de abrangência apontados.

Tabela 2

Aspectos gerais das dimensões do desenvolvimento local

Dimensão do desenvolvimento local	Aspectos de abrangência
Autores	
Ambiental Alvarenga et al. (2013); Boisier (2001); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004).	Proteção ao meio ambiente, permitindo que a natureza encontre novos equilíbrios, a partir da mínima deterioração, em processos de inovação na utilização dos recursos que acompanhem o ciclo temporal natural, preservando as fontes dos recursos energéticos e naturais.
Cultural Alvarenga et al. (2013); Boisier (2001); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Oliveira (2013).	Formação e transformação dos aspectos culturais, a partir da elaboração de estratégias para o desenvolvimento local, pautadas pela coletividade, fazendo esta se manifestar nos hábitos, nas normas, nas histórias, na visão compartilhada e integrada. Considera a pluralidade de soluções particulares, em respeito às especificidades de cada cultura e local, assim como a formação histórica da sociedade.
Econômica Alvarenga et al. (2013); Boisier (2001); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Oliveira (2013).	Prosperidade econômica a partir da alocação e gestão mais eficiente dos recursos, da melhoria da produtividade e da competitividade, compatíveis com os princípios do desenvolvimento local. Considera a participação e responsabilidade, tanto pública quanto privada.
Espacial Boisier (2001); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004).	Delimitação (flexível) geográfica e espacial da composição do arranjo, que deve ser indicada conforme as questões que precisem ser abordadas, com vistas à não concentração espacial de grupos, atividades produtivas e poder, considerando tanto a zona rural quanto a urbana.
Institucional	Estruturação política e administrativa, responsável pela

Boisier (2001); Cunha et al. (2012); Iizuka et al. (2012); Lastres e Cassiolato (2003); Lemos et al. (2005); Lübeck et al. (2012); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004).	organização do território, coordenando os aspectos necessários às demais dimensões, buscando a transformação contínua das representações sociais e confiança nas ações cooperativas. Considera a geração de ambiente propenso para a distribuição equitativa de oportunidades, inovação e melhoria da qualidade de vida. Atua diretamente no aprendizado coletivo a partir de estruturas formais e informais.
Política Boisier (2001); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Oliveira (2013).	Influência e/ou participação integrada dos atores/agentes, capaz de gerar e manter iniciativas locais em constante construção e adaptação, possibilitando a criação de um entorno local que incentive a produção, ao mesmo tempo em que articule ideias e ações para o desenvolvimento da região.
Social Alvarenga et al. (2013); Boisier (2001); Cunha et al. (2012); Marini e Silva (2012); Marini et al. (2012); Martinelli e Joyal (2004); Mattos (2008); Oliveira (2013).	Redução substancial das diferenças sociais, tanto materiais quanto imateriais, perpassado por critérios com vistas à equidade social. Integração participativa dos atores econômicos e sociais às instituições locais e legitimação de condutas sociais, formando um sistema de relações duráveis, que incorpore, constantemente, valores da sociedade ao processo de desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda, é preciso incorporar nas análises condições fundamentais à complexidade das inter-relações entre fatores e dimensões: comprometimento sincrônico e diacrônico (Montibeller, 1993); perspectiva de território (Albuquerque, 1998; Boisier, 2001; Brandão, 2007; Iizuka et al., 2012; Marini & Silva, 2012; Martinelli & Joyal, 2004; Ribeiro et al., 2013; Sforzi & Boix, 2015); associação entre as sete dimensões (Marini & Silva, 2012) e perspectiva temporal (longo prazo) como componente intrínseco e gradual (Abramovay, 2001; Cunha et al., 2012; Martinelli & Joyal, 2004).

Aspectos metodológicos

A proposta foi desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa, natureza aplicada e descritiva. O estudo multicase, como proposto por Triviños (1987), foi utilizado como estratégia para alcançar o objetivo proposto.

Pesquisas qualitativas que preveem análise de conteúdo devem propor categorias de análise, formadas por elementos de conteúdo a serem agrupados por parentesco de sentido (Silva, Gobbi, & Simão, 2005). Considerando a Tabela 2, as seguintes categorias de análise foram definidas: (a) Aspectos Ambientais; (b) Aspectos Culturais; (c) Aspectos Econômicos; (d) Aspectos Espaciais; (e) Aspectos Institucionais; (f) Aspectos Políticos; e (g) Aspectos Sociais.

Quanto à delimitação da pesquisa, foi realizada análise em três APL situados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Definiram-se APL situados em diferentes estados e que tivessem atividade foco em áreas distintas, objetivando maior abrangência quanto aos dados. As escolhas também consideraram: sugestões de gestores estaduais de programas para APL e pesquisadores do tema; certificação formal do APL; consolidação do APL; disponibilidade de participação; potencial em mostrar as sete dimensões (integradas) e capacidade de análise multidimensional do desenvolvimento local. Acrescenta-se escolha por conveniência, considerando a proximidade geográfica dos arranjos, tempo determinado para conclusão da pesquisa e orçamento disponível para o deslocamento até a cidade sede dos aglomerados.

Três técnicas foram utilizadas para coletar dados: **pesquisa bibliográfica e documental** – arquivos digitais de compartilhamento de informações e relatórios de produção, revista de divulgação, panfletos de cursos de qualificação e marketing, pôsteres, e-mails e sites (Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas – ABANORTE; Polo Industrial de Software – PISO; União dos Confeccionistas de Taquaral – UNICA); **entrevistas semiestruturadas e elementos da observação não participante** (movimentações, ações e esclarecimentos prestados pelos atores participantes dos arranjos, dentro e fora do momento das entrevistas). O roteiro para entrevista foi gerado com base na revisão de literatura com foco nos fatores mencionados (Tabela 1) e na associação desses fatores com as sete dimensões do desenvolvimento local (Tabela 2).

Tabela 3

Objetos de estudo e corpus de pesquisa

Cluster (ano de certificação) – Localização	Governança (ano de fundação)	Municípios envolvidos	Atividade-foco	Entrevistados
Confeção de Taquaral de Goiás (2017) – estado de Goiás	Única (2008) Associação para Certificação como APL (2015)	Taquaral de Goiás, Goiandira, Cidade de Goiás, Santa Rosa, Itauçu, Inhumas, Buriti de Goiás, Itaberaí, dentre outros.	Lingerie de alta qualidade e acabamento.	<ul style="list-style-type: none"> – Uma empresária e presidente da Associação para Certificação Formal (semente); – uma empresária e vice-presidente da Associação para Certificação Formal; – um empresário e gestor na Associação para Certificação Formal como APL; – um empresário e secretário da indústria e comércio do município; – um empresária e ex-presidente da Única; – três empresários; – uma empresária e gestora na prefeitura; – um prefeito; – uma vendedora; – um costureiro.
Fruticultura de Jaíba (2012) – estado de Minas Gerais	Abanorte (1993)	Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Matias Cardoso, Nova Porteirinha, Porteirinha, Verdelândia, Capitão Enéas, Montes Claros, São Francisco, Januária, Pedras de Maria da Cruz e Manga.	Banana, manga, mamão e limão.	<ul style="list-style-type: none"> – Uma gestora da Abanorte (semente); – dois produtores e participantes dos conselhos da Abanorte; – um engenheiro agrônomo e produtor; – um trabalhador encarregado da gestão, atuação no campo; – um técnico agrícola, atuação no campo; – um supervisor da área de recursos

			humanos e produção, atuação no campo.
Software de Ribeirão Preto (2013) – estado de São Paulo	Piso (2004)	Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luis Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serrana, Sertãozinho e Taquaral.	Softwares de gestão para diferentes setores de produtos e serviços. –Um gerente de desenvolvimento econômico e tecnológico da Fipase ^a ; – uma diretora executiva do Piso (semente).

^a Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde em Ribeirão Preto (Fipase).
Fonte: Elaborado pelos autores.

O *corpus* de pesquisa foi definido por amostragem Bola de Neve (Vinuto, 2014), iniciando por informantes chaves, as **sementes**, que sugeriram indivíduos com disponibilidade e diferentes perfis/cargos (Tabela 3). As entrevistas foram realizadas entre 18 de abril de 2017 e 23 de outubro de 2017, sendo entrevistados 21 indivíduos, totalizando 20 horas, aproximadamente.

A interpretação dos dados foi realizada por análise de conteúdo (Bardin, 2010). As entrevistas foram minuciosamente ouvidas construindo tabela com duas colunas: (1^a) descrição do conteúdo das falas (trecho por trecho); e (2^a) identificação dos fatores que interferem no desenvolvimento local (conforme descrito na primeira coluna). Posteriormente, a segunda coluna foi transferida ao software Excel, apresentando todos os grupos de fatores, ordenados em ordem alfabética para melhor organização e visualização de como foram denominados. O estudo foi baseado no enfoque indutivo quando da análise dos dados. Inicialmente, foram utilizados os 33 fatores da revisão de literatura e novos fatores foram surgindo, seguindo a mesma premissa das categorias de análise (pertinentes do ponto de vista do objetivo da pesquisa, exaustivos, mas não demasiados, precisos e mutuamente exclusivos). Ao final, foram encontrados 54 fatores.

Apresentação dos dados, análise, discussão e resultados

Inicialmente, identificaram-se as dimensões e os fatores presentes nos APL, considerando a possível interferência no desenvolvimento local (Tabela 4). Todas as sete dimensões foram expressas pelas falas, seja direta ou indiretamente, associadas às atividades e interferência no desenvolvimento das regiões. Quanto aos fatores que interferem no desenvolvimento local, vários puderam ser identificados, direta ou indiretamente, confirmando o que a literatura aponta (com grifo na Tabela 4) ou revelados pelos dados coletados (sem grifo na Tabela 4).

Tabela 4

Fatores que interferem no desenvolvimento local

<u>Agente promotor</u>	<u>Ganhos</u>
<u>Apoio do governo</u>	<u>Geração de externalidades, sinergia</u>
<u>Articulação</u>	<u>Governança, coordenação</u>
Atendimento às leis ambientais	<u>Inclusão da comunidade local</u>
<u>Capital social, coesão social</u>	Inclusão do consumidor
<u>Competição</u>	<u>Inovação</u>
Competição social (dentro)	Liberdade de ação, ação individual
Competição social (fora)	<u>Melhoria nas áreas da administração</u>
<u>Competitividade</u>	<u>Mercado internacional</u>
<u>Composição de PME</u>	<u>Mútua participação</u>
Comunicação política	<u>Negociação de interesses</u>
Condições geográficas e espaciais adequadas	<u>Objetivos comuns</u>
<u>Confiança</u>	Partidarismo político
Consciência ambiental	<u>Processos históricos (formação e desenvolvimento)</u>
Convicção no sucesso conjunto	Profissionalismo
<u>Cooperação, coletividade</u>	Projetos sociais (desenvolvimento)
<u>Cultura regional</u>	Projetos sociais (doação)
<u>Delimitação geográfica e espacial</u>	<u>Proximidade geográfica e espacial</u>
<u>Democracia</u>	Reconhecimento da contribuição do outro
Desenvolvimento de relações sociais de respeito	Relacionado diretamente com a dimensão econômica
<u>Diversidade de organizações</u>	<u>Setores similares e/ou relacionados</u>
Empenho em projetos ambientais	<u>Sistema de normas formais</u>
Empenho em projetos sociais	<u>Sistema de normas informais</u>
<u>Equilíbrio hierárquico dos atores/agentes</u>	<u>Transferência de informações/conhecimento, aprendizado (dentro)</u>
<u>Estreitamento de laços financeiros</u>	<u>Transferência de informações/conhecimento: aprendizado (fora)</u>
<u>Estreitamento de laços sociais</u>	Visão compartilhada
Formação de grupos	Visibilidade da região

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de todos os fatores apresentados na revisão de literatura interferirem no desenvolvimento, é importante destacar que essa interferência ocorre contribuindo ou inibindo, considerando que determinado fator pode estar presente ou ausente. Estar presente ou ausente é uma condição/situação inconstante, na medida em que depende de qual o assunto discutido e do momento e/ou grupo de indivíduos que estabelece relação com o fator naquela ocasião. Essa

condição foi apontada nos três APL estudados, reforçando os estudos de Lastres e Cassiolato (2003) e Molina-Morales e Martinez-Cháter (2014), que apresentaram diferenças nos benefícios da aglomeração, podendo indicar que o perfil de envolvimento das organizações é diferente de uma para outra.

O APL de Software não apresentou os fatores: **Atendimento às Leis Ambientais; Competição Social (Dentro); Competição Social (Fora); Inclusão do Consumidor; Partidarismo Político e Mercado Internacional**. Nesse último, as decisões para exportação existem, mas são particulares às estratégias das empresas, não sendo um fator do APL.

De forma geral, para os demais fatores não mencionados na literatura, todos os entrevistados relataram entendimento da interferência dos fatores no desenvolvimento local, sendo que alguns merecem maior atenção. O fator **Inclusão do Consumidor** foi mencionado persistentemente apenas por um dos produtores do APL de Fruticultura como fator para alcance de desenvolvimento. Outro fator mencionado entre os entrevistados foi **Partidarismo Político**, como gerador de entraves na cooperação, com recorrência significativa no APL de Confeção.

Outro momento de atenção quanto aos fatores está associado ao cargo ocupado, nos arranjos de Jaíba e Taquaral de Goiás. Nos cargos de nível de base, as falas remeteram à falta da percepção do desenvolvimento como resultado da transformação social, principalmente no contexto da entrevista que mencionava os fatores **Projetos Sociais (Doação e Desenvolvimento) e Relacionado Diretamente com a Dimensão Financeira**. Já para os proprietários e nos cargos de nível de gestão, essa percepção se difere entre os entrevistados, havendo apenas 5 entrevistados que associaram, estritamente, o desenvolvimento à transformação social (2 empresárias e gestoras da Associação para Certificação Formal e 1 empresário – APL de Confeção; e 1 gestora da Abanorte e 1 produtor – APL de Fruticultura). Eles contaram suas vivências e perspectivas associando o desenvolvimento local estritamente às ações e práticas que consideram o aprendizado/conhecimento coletivo como ferramenta fundamental de transformação para melhor distribuição de renda, oportunidades e ganhos.

Observou-se também, quanto ao fator **Ganhos**, que, pela revisão de literatura, havia sido nomeado como **Ganhos Mútuos**, no entanto, pelo contexto analisado nos três arranjos, verificou-se que esses ganhos, apesar de terem sido significativos, não foram mútuos. O resultado aponta prejuízo em relação à distribuição da renda gerada, já que o ganho não foi equitativo entre os participantes, principalmente os financeiros e de acesso a serviços de qualidade, como segurança, educação e saúde, que foram maiores para uns que para outros.

Dentre os fatores não apresentados na revisão de literatura, a Tabela 5 mostra o significado para cada um no contexto do desenvolvimento local.

Tabela 5

Fatores do desenvolvimento local não mencionados na revisão de literatura

Fator	Significado
Atendimento às Leis Ambientais	Há preocupação e compromisso em obedecer às leis ambientais.
Competição Social	Há competição em relação à posição social, em ser melhor e/ou fazer melhor e/ou

(Dentro) e (Fora)	merecer mais do que o outro, havendo condição competitiva expressa por comportamentos sociais. A variação dentro (ou fora) significa que a ação ocorre entre indivíduos/grupos do mesmo arranjo – dentro; ou indivíduos/grupos entre arranjos – fora. Situação também observada no fator Transferência de Informações/Conhecimento, Aprendizado .
Comunicação Política	Há habilidade de persuasão de grupos para apoiarem as ações com base na importância, necessidade e conveniência em agir coletivamente.
Condições Geográficas e Espaciais Adequadas	Aspectos geográficos e espaciais forneceram e fornecem condições apropriadas à atividade-foco do arranjo, tais como geografia, infraestrutura e distribuição espacial.
Consciência Ambiental	Há consciência da necessidade de ações e práticas voltadas à preservação do meio ambiente.
Convicção no Sucesso Conjunto	Há certeza de que haverá maiores benefícios e sucesso se as ações forem coletivas.
Desenvolvimento de Relações Sociais de Respeito	Há relações sociais baseadas em respeito e conciliação, contribuindo para a manutenção das ações coletivas de longo prazo, mesmo havendo interesses divergentes.
Empenho em Projetos Sociais	Projetos são discutidos e implementados com ações voltadas à sociedade, para melhor distribuição de renda, acesso ao mercado de trabalho e à educação.
Empenho em Projetos Ambientais	Há projetos discutidos e implementados com ações voltadas à preservação do meio ambiente, de nascentes, reflorestamento e descarte correto de resíduos da produção.
Formação de Grupos	Há divergência de ideias nas tomadas de decisão e ações desempenhadas, formando uma cultura fragmentada pela diferença entre valores e objetivos, gerando conflitos.
Inclusão do Consumidor	Entende-se que o consumidor/cliente final é fundamental para o desenvolvimento, importante no balizamento do que deve ser produzido, como deve ser produzido e com quais responsabilidades.
Liberdade de Ação, Ação Individual	Há consentimento às ações individuais, independentemente se poderão contribuir ou não. Cada ator/agente decide participar (ou não) das atividades, sem que isso comprometa as relações.
Partidarismo Político	As opções partidárias permeiam as ações e decisões, gerando rompimento nas relações de longo prazo, na confiança, no respeito e na coletividade.
Profissionalismo	Há melhora da profissionalização nas tomadas de decisão, discussões, relações, na articulação, cooperação, no respeito e nos processos administrativos em geral.
Projetos Sociais (Desenvolvimento)	Há projetos sociais, considerando elementos de distribuição de renda, acesso ao mercado de trabalho e à educação.
Projetos Sociais (Doação)	Há projetos sociais com objetivo exclusivo de doação, sem considerar o desenvolver.
Reconhecimento da Contribuição do Outro	Há reconhecimento de que melhorias se concretizaram pelas ideias, esforços e ações de outros participantes.
Relacionado Diretamente com a Dimensão Financeira	Ações tiveram motivação e só foram concretizadas a partir de finalidades diretamente associadas à dimensão financeira.
Visão Compartilhada	O arranjo é entendido como de natureza conjunta (coletiva), havendo espírito de que é preciso compartilhar e unir esforços.
Visibilidade da Região	A região ficou conhecida por outras regiões (nacionais e/ou internacionais) pela percepção de potencial para o desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os 54 fatores formam um complexo universo expresso por manifestações reticuladas e ações que perpassam e interferem nas dimensões. Em um segundo momento desta pesquisa, o objetivo foi alocar esses fatores conforme as categorias de análise.

A literatura indicou 33 fatores e ações adjacentes às dimensões. Como o objetivo dos trabalhos não era identificar os fatores inicialmente afetados nem considerar as dimensões para o desenvolvimento, os fatores não tiveram suas dimensões apontadas, mas sinalizadas pelos autores. Os fatores foram alocados com a dimensão mais bem representada por ele, no sentido de mostrar qual dimensão é imediatamente geradora do fator, assim como recebe seus resultados também imediatamente à implementação das ações, com foco nesse fator. As associações foram realizadas a partir das sugestões de ações e conceitos mencionados como formadores dos fatores, mostrando o que a literatura aponta nesse sentido e, ao mesmo tempo, buscando complementar esse entendimento com o observado nos arranjos analisados. Já para os 21 fatores revelados estritamente pela análise de conteúdo, a alocação fator-dimensão foi realizada, exclusivamente, a partir dos dados e contextos narrados pelas entrevistas. A Tabela 6 mostra a associação fator-dimensão sem detecção de diferença de um arranjo para outro.

Tabela 6

Análise fator-dimensão

Fator identificado/Dimensão alocado	Por que nesta dimensão?
Dimensão Ambiental	
<u>Não houve fatores revelados na revisão de literatura.</u> Atendimento às Leis Ambientais; Consciência Ambiental; Empenho em Projetos Ambientais.	Por ser fator diretamente associado aos recursos da natureza e à preservação do meio ambiente.
Dimensão Cultural	
<u>Cultura Regional; Processos Históricos (Formação e Desenvolvimento); Sistema de Normas Formais; Sistema de Normas Informais.</u> Formação de Grupos; Visão Compartilhada.	Por ser fator imediatamente associado ao modo como as coisas funcionam, manifestações, valores e construção de normas de conduta, hábitos, sentimento de pertencimento e identificação (ou não identificação) com o território do arranjo.
Dimensão Econômica	
<u>Competição; Competitividade; Estreitamento de Laços Financeiros; Melhoria nas Áreas da Administração; Setores Similares e/ou Relacionados.</u> Inclusão do Consumidor; Relacionado diretamente com a Dimensão Financeira; Visibilidade da Região.	Por ser fator direto de estímulo à incorporação de melhorias nos produtos e processos, fazendo que haja melhor adequação ao que é demandado pelo consumidor e satisfação.
Dimensão Espacial	
<u>Delimitação Geográfica e Espacial; Proximidade Geográfica e Espacial.</u> Condições Geográficas e Espaciais Adequadas.	Por ser fator que indica o espaço construído, limites espaciais e geográficos nos quais as ações serão executadas e fronteiras consideradas na organização e coordenação das estratégias do arranjo.
Dimensão Institucional	
<u>Agente Promotor; Apoio do Governo; Articulação; Composição de PME; Cooperação, Coletividade; Democracia; Diversidade de Organizações; Equilíbrio Hierárquico entre Agentes/Atores; Ganhos; Geração de</u>	Por ser fator imediatamente mais bem disseminado por ações que possam atingir o todo do APL, de forma planejada e organizada, dada a importância multiplicadora do fator, já que este tem amplo potencial de interferência em outros fatores, sendo a dimensão institucional capaz de unir coletivamente,

<u>Externalidades, Sinergia; Governança, Coordenação; Inovação; Mercado Internacional; Mútua Participação; Negociação de Interesses; Objetivos Comuns; Transferência de Informações/ Conhecimento, Aprendizado (Dentro); Transferência de Informações/Conhecimento, Aprendizado (Fora).</u>	gerir conflitos, transmitir/compartilhar informações e interferir nas escolhas, valorização e transformação das práticas para o desenvolvimento.
Convicção no Sucesso Conjunto; Liberdade de Ação, Ação Individual; Profissionalismo.	
Dimensão Política	Por ser fator imediato de impacto político, na influência e/ou participação integrada dos atores/agentes, possibilitando maior articulação e formação de propostas.
Não houve fatores revelados na revisão de literatura.	
Comunicação Política; Partidarismo Político.	
Dimensão Social	
<u>Capital Social, Coesão Social; Confiança; Estreitamento de Laços Sociais; Inclusão da Comunidade Local.</u>	Por ser fator associado diretamente ao universo social do arranjo, tendo como base as relações e laços sociais, assim como a construção de valores, responsabilidades e benefícios socialmente conjuntos.
Competição Social (Dentro); Competição Social (Fora); Desenvolvimento de Relações Sociais de Respeito; Empenho em Projetos Sociais; Projetos Sociais (Desenvolvimento); Projetos Sociais (Doação); Reconhecimento da Contribuição do Outro.	
Fonte: Elaborado pelos autores.	

Alguns fatores apresentaram discordância entre o que a literatura aponta e o que a análise de conteúdo revelou. Foram mencionados na literatura como diretamente associados à dimensão financeira: **Composição de PME** (Lastres & Cassiolato, 2003); **Cooperação, Coletividade** (Dias, 2011; Olivares & Dalcol, 2010; Santos et al., 2004; Vecchia, 2006); e **Mercado Internacional** (Dias, 2011; Lastres & Cassiolato, 2003; Santos et al., 2004), já que proporcionam às empresas redução de custos, expansão de mercados, crescimento da competitividade e inovação em produtos e processos. No entanto, de acordo com o conjunto dos dados, são fatores que melhor se aproximam da dimensão institucional, pois, a partir desta, são disseminados e inseridos nas ações. Os trechos a seguir mostram como os fatores estão associados imediatamente à dimensão institucional do desenvolvimento local.

A maior dificuldade é isso [as relações entre os empresários], eu creio que, por falta de conhecimento, essa resistência, entendeu? . . . Eu aluguei pra três lojas de lingerie aqui do lado. Aí o pessoal fala: “Você é doido, abrir pra concorrente?”. Mas eu nunca acho que a pessoa que está na minha cidade é meu concorrente, né? Porque assim, como o dia que meus clientes vêm me visitar e compra na deles, acontece [o contrário]. E essa ideia mal interpretada faz com eles achem que eu possa estar querendo tomar o espaço deles, e eles passam a não participar do mesmo espaço que eu. Acaba, nós, se tornando concorrente, nem sei como que fala isso, né? Mas é isso, faz com que eles fiquem mais fechados, entendeu? [Com uma visão mais competitiva] Isso! . . . [Onde poderia ter cooperação] cooperação, a palavra certa, é isso aí. (APL Confecção de Taquaral de Goiás, entrevista 7, 2017). O ambiente institucional deve ser trabalhado para transformar ações competitivas em cooperativas – Fator **Cooperação, Coletividade**.

Quando nós vamos abrir o caminho da exportação da banana? Na hora que a banana do Equador tiver aqui em Janaúba, pro pessoal está consumindo a banana do Equador? Aí já é tarde, né? Então, o caminho da exportação é um caminho que tem que ser construído,

pelo que eu vi e tenho observado. (APL Fruticultura Jaíba, entrevista 1, 2017). Proposta de discussão apresentada pela Associação sobre a necessidade de formação de estratégia de exportação – Fator **Mercado Internacional**.

Apoio do Governo foi mencionado em alguns trabalhos como tendo interferência direta na dimensão econômica (Cassiolato & Szapiro 2003; Fochezatto, 2010; Schmitz, 1999; Porter, 2000) (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo – SEDECT-SP, recuperado de <https://bit.ly/37mIY9U> em 30 de março, 2014; Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Sede-MG, recuperado de <https://bit.ly/3l0T1pE>). No entanto, para outros autores, o governo deve promover estratégias para todas as dimensões do desenvolvimento (Carrol & Zeller, 2012; Dias, 2011; Herrerias & Ordoñez, 2012; Lastres & Cassiolato, 2003; Marini & Silva, 2012; Marini et al., 2012; Molina-Morales & Martinez-Cháter, 2016; Santos et al., 2004;). A dimensão institucional é imediata e capaz de gerar e interferir no desenvolvimento do local, pois tem melhor potencial para atrair a participação e o apoio dos governos, e também atuar como disseminadora das ações.

Acionei o governo do Estado . . . [E me disseram]: “Se você mostrar pra gente que existe condições para APL. . . [a gente pode te ajudar com ações de apoio]” . . . As condições são que haja cooperação entre as empresas, que haja um histórico de articulação, de organização no setor, ou seja, que exista uma governança, de pessoas ou entidades [atividades trabalhadas em conjunto]. (APL Software de Ribeirão Preto, entrevista 1, 2017). Contato da Associação como o governo para formalização do APL.

O fator **Geração de Externalidades, Sinergia** foi apontado como associado à dimensão financeira (Lastres & Cassiolato, 2003; Porter, 2000;) e social (Alvarenga et al., 2013). No entanto a dimensão institucional foi apontada como direta geradora de externalidades. O trecho deixa evidente a sinergia produzida sob o apoio da governança. Inclusive os que não participam das ações usufruem indiretamente dos benefícios.

Olha, as que participam ativamente [do APL], eu colocaria essas quarenta que são associadas ao Piso, mas, de alguma forma, as ações que são feitas . . . as outras empresas, elas usufruem um pouco desse saber coletivo, da concentração de mão de obra aqui da região. Mas, de forma direta, elas deixam de usufruir de muitos benefícios, que são as ações que são executadas propriamente [por essas que participam]. (APL Software de Ribeirão Preto, entrevista 1, 2017)

Outros dois fatores merecem destaque são **Ganhos e Inovação**, que foram relatados interferindo em toda a sociedade organizada em torno do arranjo. As falas complementam o apresentado pela literatura de que o fator **Ganhos** compreende as sete dimensões (Alvarenga et al., 2013; Bekele & Jackson, 2006; Fochezatto, 2010; Molina-Morales & Martinez-Cháter, 2016; Olivares & Dalcol, 2010; Sforzi & Boix, 2015), mas, imediatamente, é mais bem trabalhado sob a dimensão institucional, já que a capacidade de coordenação potencializa e contribui para equalizar os ganhos. O fator **Inovação** teve associação diretamente econômica (Bekele & Jackson, 2006; Fochezatto,

2010; Lastres & Cassiolato, 2003; Vecchia,)), mas indicou práticas voltadas a todas as dimensões, pois é preciso inovar nas ações ambientais, sociais, políticas, institucionais e territoriais/espaciais. Considerando o estudo de Cardoso (2014) e a análise dos dados, o desenvolvimento somente poderá ser abrangente por meio da associação imediata do fator **Inovação** à dimensão institucional, pela capacidade desta em gerenciar, planejar, articular e disseminar ações voltadas à inovação, nas várias dimensões do desenvolvimento.

Muito [o produto é superior ao produzido no início]. É o conhecimento adquirido, favoreceu a produção, favoreceu a questão do uso de produtos melhores, a gente passou a conhecer aquilo que você achava que. . . nooossa! [era o melhor, deixou de ser] . . . As outras empresas começaram, também, a ver que era necessário mudar [adquirir material diferenciado], se não, não vendia. Então assim, conhecimento, né? Esse tempo que foi favorecendo tanto o processo de produção como a melhoria, também, dos produtos. (APL Confecção de Taquaral de Goiás, entrevista 7, 2017).

O trecho apresentado foi citado em um contexto da entrevista que mostra como a inovação está presente nos produtos e processos: diretamente econômicos, mas essas ações foram resultado de aprendizados conjuntos adquiridos por meio das transformações e ações inovadoras, de interação e compartilhamento entre os envolvidos ao longo das experiências vividas.

O fator **Profissionalismo** foi alocado na dimensão institucional, pois, assim como o fator **Inovação**, deve atingir uma amplitude de interferência em todas as dimensões, já que representa a melhora tanto na profissionalização das tomadas de decisão e dos processos administrativos como na profissionalização do comportamento voltado às práticas profissionais e pessoais da convivência coletiva, imprescindíveis às dimensões para o desenvolvimento local.

Após a análise fator-dimensão, foi possível observar as dimensões que mais foram mencionadas: institucional (21), social (11), econômica (8) e cultural (6). Já para as dimensões ambiental (3), espacial (3) e política (2), foram encontrados poucos fatores.

Algumas observações são pertinentes do ponto de vista da pesquisa, como a baixa menção aos fatores das dimensões política, espacial e ambiental. É fundamental que se dê igual importância a essas dimensões, para que, de fato, se tenha ações voltadas ao desenvolvimento local. Nesta linha de atenção aos dados, a dimensão econômica apresentou 8 fatores, número baixo para uma dimensão amplamente mencionada na literatura. Esse número reforça o que estudos já discutem e concluem sobre o peso indevido que se tem dado aos aspectos financeiros para entender desenvolvimento (Boisier, 2001; Brandão, 2007; Diniz & Gonçalves, 2005; Fochezatto, 2010; Fragoso, 2005; Iizuka et al., 2012; Marini & Silva, 2012; Martinelli & Joyal, 2004; Mattos, 2008; Olivares & Dalcol, 2010; Oliveira, 2013; Ribeiro et al, 2013).

Destaque para a dimensão institucional, que mais apresentou fatores, indo ao encontro do que a literatura apresenta como agente fundamental para o sucesso das ações: a governança (Cassiolato & Szapiro, 2003; Cunha et al., 2012; Lastres & Cassiolato, 2003; Lübeck et al., 2012; Mattos, 2008; Marchi et al., 2014; Marini & Silva, 2012;). Esta tem o potencial de disseminar ações favoráveis, por ser capaz de estimular e implementar a cooperação, a troca de informações e o aprendizado, coletivos, de forma coordenada com os objetivos de desenvolvimento.

Alocar cada fator a uma dimensão é distanciar-se da complexa realidade dos arranjos, pois cada fator interfere direta e/ou indiretamente, em todas as dimensões, simultaneamente. A identificação fator-dimensão foi um esforço inicial, fundamental para revelar as interferências diretas e imediatas, e mostrar tanto as dimensões geradoras dos fatores quanto as primeiras ações que podem ser influenciadoras dessas dimensões, esforço coerente do ponto de vista do entendimento do desenvolvimento local.

Considerações finais

Os APL são uma das possibilidades de estratégias (públicas e privadas) para o desenvolvimento das regiões. De forma ainda não abordada na literatura, o estudo revelou 54 fatores, apontando especificidades, assim como associações com os aspectos de abrangência de sete dimensões. Os resultados contribuem para o entendimento dos elementos que compõem cada fator e dimensões, e tece análise sobre como esses fatores interferem nessas dimensões, permitindo melhor formulação de estratégias de desenvolvimento, na medida em que consideram aspectos locais ambientais, econômicos, culturais, espaciais, institucionais, políticos e sociais.

Nesse contexto, o fator **Cooperação, Coletividade** e a dimensão institucional apresentaram ser principais “catalizadores” e potenciais disseminadores de ações promotoras do desenvolvimento nos APL. O fator **Ganhos** apontou necessidade de maior comprometimento com a equidade dos ganhos gerados para que sejam mútuos. A distribuição desigual do acesso a serviços de qualidade foi sendo ampliada, na medida em que se verificava falta de envolvimento e distanciamento de ações voltadas aos fatores **Cooperação, Coletividade, Mútua Participação, Inovação e Inclusão da Comunidade Local**.

É pertinente destacar os limites metodológicos: (a) abordagem qualitativa, que considera percepções da pesquisadora sobre a visão dos pesquisados (amenizada na utilização de mais de uma fonte de dados); (b) amostragem bola de neve, que considera a rede social das “sementes” e excluem os demais atores; (c) não diversificação de perfis dos atores/agentes do APL de software de Ribeirão Preto, em que apenas o grupo dos gestores relacionados à Associação se dispuseram a participar (mas puderam fornecer informações substanciais para atender o objetivo aqui proposto); e (d) não possibilidade de generalização dos dados sem o devido cuidado, pois estudo multicase analisa em profundidade apenas casos específicos.

Sugere-se, para futuras pesquisas, (a) compreender os resultados para o desenvolvimento das regiões quando são analisados, em conjunto, fatores e dimensões de APL; e (b) analisar outros arranjos, de outras regiões e países, identificando fatores que compõem as dimensões, verificando similaridades e inconsistências entre os arranjos aqui pesquisados e, a partir disso, propor embasamento teórico mais consistente.

Referências

- Abramovay, R. (2001). Desenvolvimento e instituições: A importância da explicação histórica. In G. Arbix, M. Zilbovicius, & R. Abramovay (Orgs.), *Razões e ficções do desenvolvimento* (pp. 165-178). São Paulo, SP: Editora Unesp.

- Albuquerque, F. (1998). *Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: Uma resposta às exigências do ajuste estrutural* (A. R. P. Braga, Trad.). Fortaleza, CE: BNB.
- Alvarenga, R. A. M., Matos, F. R. N., Machado, D. Q., Sobreira, M. C., & Matos, L. B. S. (2013). Arranjo produtivo local e desenvolvimento sustentável: Uma relação sinérgica no município de marco (CE). *Revista de Administração Mackenzie*, 14(5), 15-43. doi:10.1590/S1678-69712013000500002
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo* (5a ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bekele, G. W., & Jackson, R. (2006). *Theoretical perspectives on industry clusters. Research Paper 2006-5*. Morgantown: West Virginia University. Recuperado de <https://bit.ly/2N1m1R3>
- Belso-Martinez J A. (2010). Outsourcing decisions, product innovation and the spatial dimension: Evidence from the Spanish footwear industry. *Urban Studies*, 47(14), 3057-3077. doi:10.1177/0042098009359952
- Benítez Hurtado, S. R., Carpes, C. E. P., Inomata, D. O., & Rados, G. J. V. (2012). Aproximações entre gestão do conhecimento e processos de negócios: Uma revisão de literatura a partir do mapeamento dos artigos mais citados na ISI Web of Science. *GEPROS*, 7(3), 57-74. doi:10.15675/gepros.v7i3.636
- Benko, G. (2002). *Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI* (3a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Boisier, S. (2001). Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando? In A. V. Barquero & O. Madoery (Eds.), *Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local*. Rosario: Editorial Homo Sapiens.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. G. Richardson (Org.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-268). New York: Greenwood Press.
- Bourdieu, P. (1998). O capital social: Notas provisórias. In A. M. Catani & M. A. Nogueira (Orgs.), *Escritos de educação* (pp. 65-69). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brandão, C. (2007). Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In A. C. Ortega & F. N. A. Almeida (Orgs.), *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária* (pp. 39-61). Campinas, SP: Alínea.
- Cardoso, J. C., Jr. (2014). Planejamento, democracia e desenvolvimento no Brasil: Perspectivas à luz das capacidades estatais e instrumentos governamentais. In A. B. Calixtre, A. M. Biancarelli, & M. A. M. Cintra (Eds.), *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro* (pp. 79-114). Brasília, DF: Ipea.
- Carrol, M. C., & Zeller, M.C. (2012). The cognitive limits to economic cluster formation. *Urbani Izziv*, 23(Suppl.1), 553-562. doi:10.5379/urbani-izziv-en-2012-23-supplement-1-005
- Casanueva, C., Castro, I., & Gálan, J. L. (2013). Informational networks and innovation in mature industrial clusters. *Journal of Business Research*, 66(5), 603-613. doi:10.1016/j.jbusres.2012.02.043
- Cassiolato, J. E., Lastres, H. M. M., & Stallivieri, F. (2008). Introdução: Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. In J. E. Cassiolato,

- H. M. M. Lastres, & F. Stallivieri (Orgs.), *Arranjos produtivos locais: Uma alternativa para o desenvolvimento: experiências de política* (Vol. 2, pp. 11-37). Rio de Janeiro, RJ: E-papers.
- Cassiolato, J. E., & Szapiro, M. (2003). Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In H. M. M. Lastres, J. E. Cassiolato, & M. L. Maciel (Orgs.), *Pequena empresa: Cooperação e desenvolvimento local* (pp. 35-50). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, S95-S120. Recuperado de <https://bit.ly/2YLWMOV>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (n. d.). *Portal de Periódicos*. Recuperado de <https://bit.ly/3bdQYtT>
- Corrêa, R. L. (2000). *Região e organização espacial* (7a ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Costa, E. J. M. (2010). *Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional*. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional.
- Cunha, J. A. C., Passador, J. L., & Passador C. S. (2012). A presença de agentes intermediadores na formação de redes interorganizacionais: Uma análise sob a perspectiva temporal. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1), 108-128. doi:10.1590/S1679-39512012000100008
- Delgado, M., Porter, M. E., & Stern, S. (2014). *Defining clusters of related industries. Working Paper 20375*. Cambridge: National Bureau of Economic Research. Recuperado de <https://bit.ly/3azkpGE>
- De Marchi, V., Lee, J., & Gereffi, G. (2014). Globalization, recession and internationalization of industrial districts: Experiences from the Italian gold jewellery industry. *European Planning Studies*, 22(4), 866-884. doi:10.1080/09654313.2013.771624
- Dias, C. N. (2011). Arranjos produtivos locais (APL's) como estratégia de desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, 9(17), 93-122. doi:10.21527/2237-6453.2011.17.93-122
- Di Giacinto, V., Gomellini, M., Micucci, G., & Pagnini, M. (2013). Mapping local productivity advantages in Italy: Industrial districts, cities or both? *Journal of Economic Geography*, 14(2), 365-394. doi:10.1093/jeg/lbt021
- Diniz, C. C., & Gonçalves, E. (2005). Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In C. C. Diniz, & M. B. Lemos (Orgs.), *Economia e território* (pp. 131-170). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Doloreux, D, Shearmur, R, & Guillaume, R. (2014). Collaboration, and non-transferable knowledge, and innovation: A study of a cool climate wine industry (Canada). *Growth and Change*, 46(1), 16-37. doi:10.1111/grow.12090
- Elsevier (c2021). *Scopus. O maior banco de dados da literatura revisada por pares*. Elsevier: Amsterdam. Recuperado de <http://bit.ly/3qyY166>
- Fochezatto, A. (2010). Desenvolvimento regional: Recomendações para um novo paradigma produtivo. In O. A. C. Conceição, M. Z. Grandó, S. U. Teruchkin, & L. A. E. Faria (Orgs.), *Três décadas de economia gaúcha: O ambiente regional* (pp. 160-192). Porto Alegre, RS: FEE.

- Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, 5(5), 63-83. Recuperado de <https://bit.ly/3tvX6WU>
- Ganzert, C. C. (2010). *Desenvolvimento sistêmico de polos regionais de tecnologia da informação: Análise comparativa entre modelos de clusters nacionais e internacionais sob a perspectiva da teoria dos sistemas* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Herrerias, M. J., & Ordoñez, J. (2012). New evidence on the role of regional clusters and convergence in China (1952-2008). *China Economic Review*, 23(4), 1120-1133. doi:10.1016/j.chieco.2012.08.001
- Iizuka, E. S., Gonçalves-Dias, S. F. L., & Aguerre, P. (2012). Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: O caso da bacia do rio Almada (BA). *Revista de Administração Pública*, 46(6), 1599-1623. doi:10.1590/S0034-76122012000600009
- Isbasoiu, G. M. (2007). *Industrial clusters and regional development. The case of Timesoara and Montebelluna*. Paper presented at the Conference of European Regions Knowledge Based Innovation Network (ERIK), Brussels. Recuperado de <https://bit.ly/2MGokJw>
- Joyal, A., & Bessa, L. F. M. (2012). Inteligência territorial e desenvolvimento sustentável: exemplos marroquinos e brasileiros. *Informe Gepec*, 16(1), 6-25. doi:doi.org/10.48075/igepec.v16i1.6351
- Krugman, P., & Venables, J. (1996). Integration, specialization, and adjustment. *European Economic Review*, 40(3-5), 959-967. doi:10.1016/0014-2921(95)00104-2
- Lastres, H. M. M., & Cassiolato, J. E. (2003). *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro, RJ: RedeSist. Recuperado de <https://bit.ly/2MYaCl8>
- Lastres, H. M. M., & Ferraz, J. C. (1999). Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In H. M. M. Lastres & S. Albagli (Orgs.), *Informação e globalização na era do conhecimento* (pp. 27-57). Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Lemos, M. B., Santos, F., & Crocco, M. (2005). Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In C. C. Diniz & M. B. Lemos (Orgs.), *Economia e território* (pp. 171-208). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Lübeck, R. M., Wittmann, M. L., & Silva, M. S. (2012). Afinal, quais variáveis caracterizam a existência de cluster arranjos produtivos locais (APLs) e dos sistemas locais de produção e inovação (SLPIs)? *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 11(1), 120-151. doi:10.5585/riae.v11i1.1745
- Marini, M. J., & Silva, C. L. (2012). Desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais: Uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 8(2), 107-129. Recuperado de <https://bit.ly/3rimmOm>
- Marini, M. J., Silva, C. L., Nascimento, D. E., & Strauhs, F. R. (2012). Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales*, 17(996). Recuperado de <https://bit.ly/3pTHEI7>

- Marshall, A. (1996). *Princípios de economia: Tratado introdutório* (Vol. 1). São Paulo, SP: Nova Cultural.
- Martinelli, D. P., & Joyal, A. (2004). *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole.
- Mattos, S. M. C. S. (2008). Arranjos produtivos locais como estratégia para o desenvolvimento local: O caso de Maracás. *Sitientibus*, (39), 131-167. Recuperado de <https://bit.ly/2MGoxMO>
- Mitchell, R., Boyle, B., Burgess, J., & McNeil, K. (2014). “You can’t make a good wine without a few beers”: Gatekeepers and knowledge flow in industrial districts. *Journal of Bussiness Research*, 67(10), 2198-2206. doi:10.1016/j.jbusres.2014.01.007
- Molina-Morales, F. X., & Martínez-Cháter, L. (2016). Clusters firms: You’ll never walk alone. *Regional Studies*, 50(5), 877-893. doi:10.1080/00343404.2014.952719
- Montibeller, G., Filho (1993). Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: Conceitos e princípios. *Textos de Economia*, 4(1), 131-142. Recuperado de <https://bit.ly/3tuDXoa>
- Olivares, G. L., & Dalcol, P. R. T. (2010). Proposta de um sistema de indicadores para medir o grau de contribuição dos aglomerados produtivos para o desenvolvimento local e regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 6(2), 188-218. Recuperado de <https://bit.ly/39WihK1>
- Olivares, G. L., & Dalcol, P. R. T. (2014). Avaliação da contribuição de aglomerados produtivos para o desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro. *Production*, 24(4), 833-846. doi:10.1590/S0103-65132014005000010
- Oliveira, M. F. (2013). *Negociação e cooperação para o fomento do desenvolvimento local sob uma perspectiva sistêmica: Um estudo multicasos em arranjos produtivos locais dos estados de São Paulo e Minas Gerais* (Relatório de Pós-Doutorado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Oliveira, M. F., & Martinelli, D. P. (2014a). Desenvolvimento local e arranjos produtivos locais: Uma revisão sistemática da literatura. *Interações*, 15(1), 47-58. doi:10.1590/S1518-70122014000100005
- Oliveira, M. F., & Martinelli, D. P. (2014b). Negociação, cooperação e desenvolvimento local sob uma perspectiva sistêmica: Um estudo de caso no arranjo produtivo local de fruticultura de Jaíba – MG. *Desenvolvimento em Questão*, 12(28), 193-223. doi:10.21527/2237-6453.2014.28.193-223
- Porter, M. E. (2000). Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. *Economic Development Quarterly*, 14(1), 15-34. doi:10.1177/089124240001400105
- Putnam, R. D. (2006). *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.
- Ribeiro, A. V., Martinelli, D. P., & Joyal, A. (2013). O setor de confecções em Bandeira do Sul-MG e o desenvolvimento local/sustentável: Um estudo de caso. *Desenvolvimento Regional em Debate*, 3(1), 216-239. doi:10.24302/drd.v3i1.389

- Santos, G. A. G., Diniz, E. J., & Barbosa, E. K. (2004). Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, 11(22), 151-179. Recuperado de <https://bit.ly/3oLKQhi>
- Schmitz, H. (1999). Global competition and local cooperation: Success and failure in the Sinos Valley, Brazil. *World Development*, 27(9), 1627-1650. doi:10.1016/S0305-750X(99)00075-3
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. (c2021). Recuperado de <https://bit.ly/3l0T1pE>
- Sforzi, F., & Boix, R. (2015). What about industrial district(s) in regional Science? *Investigaciones Regionales: Journal of Regional Research*, 32(2015), 61-73. Recuperado de <https://bit.ly/3u5ZTGv>
- Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, 7(1), 70-81. Recuperado de <https://bit.ly/3pTpBvk>
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas.
- Van Leeuwen, T. (2006). The application of bibliometric analyses in the evaluation of social science research: who benefits from it, and why it is still feasible. *Scientometrics*, 66, 133-134. doi:10.1007/s11192-006-0010-7
- Vecchia, R. V. R. D. (2006). Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. *Revista Capital Científico*, 4(1), 31-50. Recuperado de <https://bit.ly/2MC87oQ>
- Veiga, E. (2014). O âmago da sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 28(82), 7-23. doi:10.1590/S0103-40142014000300002
- Veiga, E. (2007). Desenvolvimento sustentável: Alternativas e impasses. In T. M. M. Keinert (Org.), *Organizações sustentáveis: Utopias e inovações* (pp. 21-42). São Paulo, SP: Annablume.
- Veiga, E., & Zatz, L. (2008). *Desenvolvimento sustentável: Que bicho é esse?* Campinas, SP: Autores Associados.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. doi:10.20396/tematicas.v22i44.10977

Financiamento

Os autores não receberam apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos participantes dos APL pesquisados, que disponibilizaram tempo para contribuir com esta pesquisa.

Notas

1. Foi utilizado grupo de cinco pares de palavras-chaves para cada dimensão, por exemplo: (a) “desenvolvimento local” e “dimensão espacial”; (b) “arranjo produtivo local” e “dimensão espacial”; (c) “*local development*” and “*spatial dimension*”; (d) “*clusters*” and “*spatial dimension*”; (e) “*industrial districts*” and “*spatial dimension*”. Os mesmos pares foram utilizados trocando apenas a dimensão (cultural, política, institucional, social, econômica, ambiental).

Autoria

Roseane Grossi Silva

Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (USP-RP), com pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenadora de tutoria do curso Administração Pública (UFU). Grupos de pesquisa: empresa familiar; APLs e desenvolvimento local; gestão pública.

E-mail: rosegrossi@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2050-7311>

Dante Pinheiro Martinelli

Doutor em administração pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em administração pela École des Hautes Études Commerciales de Montréal (HEC) e pela Université du Québec à Trois-Rivière (UQTR). Diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

E-mail: dantepm@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7980-7397>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Primeira autora: concepção (igual), curadoria de dados (líder), análise formal (igual), investigação (líder), metodologia (líder), administração do projeto (líder), recursos (líder), supervisão (líder), validação (igual), visualização (líder), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (líder).

Segundo autor: concepção (igual), curadoria de dados (apoio), análise formal (igual), investigação (apoio), metodologia (apoio), administração do projeto (apoio), recursos (apoio), supervisão (apoio), validação (igual), visualização (apoio), redação – rascunho original (apoio).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional